

Caminhos Cruzados: experiências de trabalho e circulação entre famílias rurais no Agreste de Pernambuco

Berlano Andrade

Introdução

Fabiano¹ tem 22 anos. Mora na *comunidade*²³ da Barra da Onça com os pais, a irmã e a esposa. Filho de agricultores, ele trabalha na área urbana da cidade, Surubim, numa pequena empresa dedicada a realizar a travetagem, uma etapa específica na cadeia de produção de jeans. De segunda a sexta, iniciando o trabalho às 07h30min, vai até às 18 horas, podendo chegar às 21 e 22 horas. Aos sábados trabalha até as 16 horas. A intensidade no trabalho varia de acordo com a época do ano. Como diz, de setembro a dezembro a produção aumenta. Tendo apenas o domingo como dia de folga, usa o tempo livre para ajudar na pequena propriedade da família, onde cultivam feijão, milho e fava para o consumo interno.

Atualmente, esta é a única atividade que o pai de Fabiano tem se dedicado. Tem 60 anos. No passado, trabalhou na condição de *fichado* em uma

1 Opto, neste trabalho, por usar nomes fictícios.

2 Os termos nativos aparecerão em itálico.

3 Comunidade é como localmente são referidas as localidades que anteriormente eram chamadas de sítios, que, por sua vez, guardam semelhança com os “bairros rurais”. Trata-se de um termo mais abrangente uma vez que, com a urbanização, algumas dessas localidades foram incorporadas às periferias da cidade e os sítios eram apresentados em oposição à rua, à área urbana e ao centro administrativo do município. Neste texto, faço referência a várias comunidades de Surubim em que realizei minha pesquisa.

firma em Recife. Além disso, exerceu trabalho sazonal no corte da cana na vizinha Zona da Mata, sendo a última vez em que realizou tal atividade dois anos antes. Assim ele recorda uma de suas idas: “*Eu fui para o sul, minha mulher tava grávida, saía de madrugada. Fazia aquela comidinha meio rabugenta mesmo, colocava dentro de uma vasilha de plástico e ia embora mesmo*”. É uma rotina que ainda existe para muitos na Barra da Onça. Como ainda me disse, no dia anterior à nossa conversa, seu irmão, de 64 anos, dirigiu-se para o trabalho na cana, só retornando em 15 dias.

Os deslocamentos para o *sul*, como localmente se referem à área do cultivo da cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana, é uma prática antiga entre os agricultores de base familiar na região. Da mesma forma, é bastante comum o trabalho que o chefe da unidade familiar assume nas grandes cidades do Nordeste, retornando, em geral, nos fins de semana. Contudo, o caso de Fabiano revela uma nova dinâmica no que se refere às diferentes articulações entre trabalho e mobilidade. As atividades na produção e comercialização de vestuários têm possibilitado novas e intensas circulações no interior da própria região onde se localiza o município de Surubim, o Agreste Setentrional de Pernambuco. Muitos como Fabiano realizam um deslocamento diário para a área urbana do município, ou entre as *comunidades*, ou mesmo entre municípios vizinhos. O acesso a essa forma de trabalho o desestimula a abandonar definitivamente o local onde vive, como muitos já fizeram.

Mas, deve-se acrescentar uma outra forma na qual as mobilidades têm operado. Na Barra da Onça, existem pequenas unidades produtivas de confecção de vestuários, com atividades subcontratadas, onde se realizam determinadas etapas na produção de vestuários, por exemplo: a costura ou o acabamento, a limpeza das peças de roupas, uma atividade mais pontual que não exige nenhuma qualificação profissional. Nesse caso, donos das unidades maiores, que são conhecidas como *fábricas* e *fabricos*⁴, circulam

4 Os fabricos se caracterizam por serem unidades produtivas familiares, que contratam pessoas que, no geral, são parte de uma rede de relacionamentos, como parentes e

os materiais para esses locais e possibilitam que famílias realizem esse trabalho na própria residência. É o que me conta Débora, 24 anos. Ela trabalha numa *facção*⁵ na *comunidade*, composta por cinco pessoas, sendo a única que não é da família dos proprietários. Ali, ela trabalha costurando shorts de jeans. As peças chegam recortadas e vão sendo montadas seguindo um modelo já pronto apresentado pelo contratante. Junto a isso, Débora trabalha no bordado de peças de jeans para outro contratante, atividade essa realizada na casa dos pais, na mesma *comunidade*, com a mãe, a irmã e um irmão menor de idade; estes não bordam, mas limpam as peças. A casa dos pais lhe oferece um ponto de apoio importante. Mãe de duas crianças, de 4 e de 5 anos, ela precisa ter com quem deixá-las em função de sua rotina intensa de trabalho. Assim, elas ficam aos cuidados da avó e das tias.

As linhas que se seguem⁶ procuram refletir sobre as formas que historicamente foram constituídas na produção de circulações entre trabalhadores a partir – mas hoje não exclusivamente – dos territórios rurais na mesorregião do Agreste de Pernambuco. Focalizo indivíduos e suas famílias que estabelecem diversas combinações entre atividades agrícolas com não-agrícolas, seja o assalariamento nas cidades como também a incorporação, em seus espaços domésticos, de atividades na produção de vestuários. O que procuro mostrar é que essas características revelam processos construídos ao longo do tempo em que homens e mulheres, ao executarem distintas mobilidades, articulam territórios e processos produtivos que, por sua vez, atravessam as suas famílias impactando diferentemente os seus membros.

vizinhos. Diferenciam-se pelo caráter informal e por certo funcionamento indissociado do local de moradia dos proprietários. As fábricas, ao contrário, têm grande porte, são formalizadas e ocupam estruturas de produção próprias, dissociadas do local de moradia dos seus proprietários.

5 As facções distinguem-se dos fabricos pelas condições mais precárias e cumprem um papel de atender, sob a condição de subcontratadas, demandas pontuais das fábricas e fabricos.

6 O presente texto procura discutir e aprofundar ideias inicialmente apresentadas em minha dissertação (ANDRADE, 2017) em diálogo com a pesquisa de doutorado que realizo atualmente.

Isso mostra o lugar da experiência na vida desses trabalhadores que os dota de saberes estratégicos diante dos recorrentes empecilhos à sua reprodução social, revelando uma coerência em suas práticas.

A ideia geral que sustenta meu argumento é que, no contexto aqui analisado, observa-se, atualmente, o uso simultâneo e articulado de diferentes estratégias de circulação na unidade familiar. Isso mostra as reconfigurações socioeconômicas que incidem na família ampliando as variáveis de ação. Também revela a emergência de práticas decorrentes de novos protagonismos como a de mulheres e jovens que refletem a forma como a agricultura familiar na região está inserida e relacionada com processos muitas vezes contraditórios, a exemplo das pressões decorrentes da urbanização e a implementação de políticas públicas de fortalecimento dos agricultores.

Tanto a família de Fabiano quanto a de Débora refletem essa nova configuração. Filhos de agricultores, seus pais migram ou migraram até recentemente para a Zona da Mata canavieira. O trabalho nas confecções tem arregimentado principalmente as mulheres e os mais jovens, sendo que no caso dos meus dois interlocutores a *ajuda*⁷ na agricultura é feita no pouco tempo livre que lhes resta durante a semana. A ajuda também ocorre quando do cuidado das crianças, liberando a mãe para o trabalho, o que releva uma relacionalidade entre as casas nos termos de uma *configuração* (MARCELIN, 1999) compreendida apenas no contexto de uma rede de outras casas. Trata-se, como visto, de um entrecruzamento de práticas e experiências que operam no interior da unidade familiar e que respondem a processos de mudança social. Na próxima seção, procuro analisar como historicamente o Agreste se configurou como um território migratório, de forma a compreender as práticas de mobilidade que vão sendo incorporadas e acionadas pelos membros das famílias com quem estabeleci diálogos.

7 Ajuda é compreendida como um conjunto de obrigações dentro da unidade familiar. São tarefas que mobilizam todos os membros da família e refletem uma ordem moral camponesa (WOORTMANN, 1990).

O território migratório do Agreste

O Agreste é uma área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão. Com sua diversidade mesológica mais acentuada que as outras mesorregiões, formou-se historicamente entre os dois sistemas de exploração agrários que se complementavam economicamente, mas que política e socialmente se contrapunham: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado (ANDRADE, 2011). Manuel Correia de Andrade (2011, p. 167) destaca o mosaico que é o Agreste, apontando as “[...] grandes diversificações no tipo de uso da terra e, conseqüentemente, nas relações de trabalho no campo”. Mário Lacerda de Melo (1980), por sua vez, afirma que, por sua diversidade interna, não haveria um Agreste, mas “os Agrestes”. Como ele afirmou em outra oportunidade: “[...] as gradações e diversificações das atividades humanas aparecem com tal frequência que, elas próprias, em sua variabilidade, constituem um dos característicos da área Agrestina” (MELO, 2012, p. 112).

A predominância da policultura e da pequena propriedade é outra característica do Agreste. Isso se explica pela formação de um campesinato livre nas franjas dos sistemas de produção dominantes (açucareiro e algodoeiro-pecuário), que permite o suprimento de alimentos e mão de obra para as grandes propriedades. Mesmo nesse caso, deve-se atentar para as especificidades da estrutura fundiária local. No Agreste, mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários são formados por propriedades com explorações com extensão inferior a 20 hectares (ANDRADE, 2011). No Agreste pernambucano em especial, Mário Lacerda de Melo (1980), fazendo uso do cadastro fundiário de 1976, destaca que, na parte mais oriental da região, limítrofe à Zona da Mata, observa-se uma presença maior de propriedades de até dez hectares, uma tendência que se inverte ao se aproximar do Sertão. Não por menos, em Surubim, que se localiza nas proximidades da Zona da Mata, é significativa a presença de propriedades de pequena extensão. Muitas famílias não possuem mais de 0,6 hectares aptos a serem cultivados (mesmo incluindo o acesso a terras de terceiros), impossibilitando-as a terem acesso ao Garantia-Safra.

Nesse sentido, é correto afirmar que a estrutura fundiária nessa região é marcada pela presença não só de minifúndios como também de microfúndios. Tal entendimento, inclusive, é expresso localmente quando da diferenciação com base nas categorias êmicas *sítio* e *chão de terra* para se referirem, respectivamente, as extensões de terras maiores e as com menos de um hectare (ANDRADE, 2011). Internamente a esses pequenos produtores agrícolas, como registrei (ANDRADE, 2013), outro par enunciado para demarcar essa diferenciação é o de *fortes* e *fracos*. Esse dado é importante para compreender as dinâmicas migratórias que ocorrem.

Ao longo do tempo as unidades familiares vão sendo pressionadas seja pelo esgotamento dos solos, as secas, o avanço da bovinocultura na segunda metade do século XX e a tendência ao fracionamento do patrimônio familiar entre os filhos. O desequilíbrio entre a extensão de terras cultiváveis e o crescimento populacional contribuiu, parcialmente, para que o Agreste pernambucano tenha os maiores contingentes do estado para as correntes internas de migração no país, em especial São Paulo e Paraná (MELO, 2012).

Os deslocamentos registrados na região se dirigirão tanto para o Centro-Sul do país e a fronteira agrícola e extrativista como para regiões no próprio estado e Nordeste. Destacam-se, por exemplo, as migrações entre o Agreste e a Zona da Mata. Teresa Sales (1982) observa que as formas de migração dos agrestinos para a zona canavieira vai corresponder, em dado momento, a uma complementariedade do nível de subsistência do camponês⁸. Com as mudanças operadas na região, o assalariamento converte-se de complemento para meio que assegura a sua subsistência. Para Sales, a centralidade do salário converte o camponês em proletário. Contudo, deve-se considerar, ao contrário, que se trata de uma adaptação permanente e de longa duração dos sujeitos envolvidos. Não por menos, o tipo de ideia

8 Moacir Palmeira et al. (1977) se referem ao que, por um longo tempo, foi uma complementariedade entre os calendários agrícolas do Agreste e da Zona da Mata. O período em que se encerravam as principais colheitas e se iniciava o período de estiagem no Agreste era a época em que se requeria mão de obra para o corte da cana.

de migração que é mobilizada pela autora para compreender essas transformações pode auxiliar no entendimento das práticas desses atores: “*Trata-se de migrantes sim, porém cuja condição de mobilidade espacial permanente é um elemento constitutivo de sua própria reprodução enquanto trabalhadores assalariados*” (SALES, 1982, p. 133, grifos originais).

Tal conclusão encontra aproximações com o argumento de Klaas Woortmann (2009) que, a partir de suas pesquisas junto a sitiantes – ou seja, aqui ainda com maior acesso à terra, embora gradativamente sendo restringido –, entende as migrações como parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Comparativamente, os dois casos enunciam momentos distintos da relação entre o grupo doméstico, o acesso à terra para trabalho e as migrações, mas que expressam as transformações na região e como elas são respondidas em um processo em que esses três aspectos mutuamente se transformam.

É importante destacar que, no Brasil, as migrações devem ser entendidas também como expressão das transformações que a sociedade passou ao longo do século XX. Afinal, a década de 1930 pode ser considerada um momento importante em função do processo de industrialização no Sudeste do país, desencadeando uma integração inter-regional. Os movimentos migratórios que se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial transformaram uma “população para as regiões” em uma “população para a nação”, o que refletia uma “divisão regional do trabalho nacional” que substituía o “arquipélago” de economias regionais que se caracterizavam pela determinação às relações com o exterior (OLIVEIRA, 2008). Estima-se que mais de 38 milhões de pessoas saíram do campo entre 1950 e 1980 (HASENBALG, 1991 *apud* FONTES, 2002). Nesse sentido, é válido dizer que a interligação entre os vários cantos do país se deu, inclusive, através de uma complexa rede de migração que, muitas vezes, antecipava grandes obras de infraestrutura que viabilizassem o tráfego de mão de obra e mercadorias⁹.

9 Um exemplo pode ser tirado dos primeiros operários que se deslocaram para a construção de Brasília, conforme é analisado por Gustavo Lins Ribeiro (2008). Como explica,

Diferentemente dos deslocamentos sazonais no interior do Nordeste, a ida para áreas mais distantes, como São Paulo¹⁰, tende a exigir um esforço maior das famílias, incluindo uma boa articulação que permita os deslocamentos entre grandes distâncias. Diferente de uma visão desordenada e irracional, as idas tendem a ser pensadas a partir dos esforços de parentes e vizinhos na comunidade de origem e dos contatos já estabelecidos nos locais para onde se pretende migrar. Pode-se compreender melhor isso através da experiência e memória de migrantes nordestinos residentes em São Paulo sobre a qual Paulo Fontes (2002) se debruçou em sua pesquisa, mostrando a importância do papel das redes de comunicação entre estes atores e os locais de origem. Como mostra, por meio de correspondências, fotos e cartões postais dados são fornecidos, além de alimentar o imaginário sobre o lugar. Junto a isso, as visitas aos familiares no interior nordestino, em especial nos períodos festivos, contribuem tanto animando o desejo de migrar¹¹ quanto permitindo trocas de experiências que possam orientar futuras migrações. É importante destacar que a função das festas (por exemplo: do santo padroeiro na comunidade local, casamentos, batizados e festividades de fim de ano) no estabelecimento de vínculos entre localidades

em um primeiro momento, o fluxo de mão de obra vinha de áreas circunvizinhas, em especial do estado de Goiás, com o intuito de construir os primeiros prédios e as primeiras estradas de serviço internas ao território. Mobilizados via as suas redes sociais, estes trabalhadores procuraram superar o isolamento da área de forma a garantir o grande fluxo de pessoas, agora arregimentadas também pelos mecanismos de propaganda e divulgação articulados pelo governo. Podemos dizer que o processo de construção da capital federal foi simultâneo ao da construção e ampliação da infraestrutura que a ligasse ao restante do país.

- 10 Mas não se deve excluir as migrações para os grandes centros urbanos nordestinos que, em muitos casos, se assemelham às lógicas migratórias para o Sudeste. Rosilene Alvim (1997) se dedica a analisar um desses fluxos migratórios, os dos camponeses que trocam a atividade agropecuária nas zonas rurais pelo trabalho fabril nas indústrias de tecelagem em Paulista (PE).
- 11 Parry Scott (2009), analisando a migração de famílias camponesas em Pernambuco e no Maranhão, registra que os migrantes retornados implicam um trabalho contraditório de atrair novos migrantes (quando os relatos e sinais de sucesso animam migrações) ou frear novas saídas (quando os relatos são desestimulantes).

tem sido praticada até os dias atuais, como mostram os trabalhos de Jurani Clementino (2016) e Greilson Lima (2012).

Além de ser entendida como uma resposta às condições materiais do campesinato, essas migrações incorporam um sentido simbólico-ritual. Analisando os deslocamentos de jovens solteiros, Klaas Woortmann (2009, p. 219, grifos originais) as compreende como “[...] parte de um processo ritual que reintegrará a pessoa na sociedade com o status transformado de *rapaz* para o de *homem*”. Dessa forma, as motivações que mobilizam as pessoas a migrarem abarcam diversos aspectos que revelam o papel ativo desses atores, permeado por valores que os distinguem e que se entrelaça com o próprio fluxo migratório.

Sob a constatação de que as migrações seriam, além de um processo de êxodo rural e transformação em trabalhadores urbanos, meios pelos quais famílias camponesas garantem sua reprodução social, vários autores, nas décadas de 1970 e 1980, começaram a questionar a necessidade de trazer para o debate este segundo perfil da migração (MENEZES, 2002; GARCIA JR., 1990; WOORTMANN, 2009; SCOTT, 1986). Essas contribuições permitem tomar as migrações como estratégias de reprodução social utilizadas não só nos deslocamentos para o Centro-Sul do país como também entre outras áreas do Nordeste, como as migrações temporárias realizadas pelos trabalhadores do Agreste e Sertão na Zona da Mata.

Em sua pesquisa no Agreste paraibano, Afrânio Garcia Jr. (1990) procura compreender a multiplicidade dos efeitos dos deslocamentos dos trabalhadores do Nordeste em direção ao mercado de trabalho industrial do Sudeste. Para o autor, ao lado dos migrantes que se tornaram operários, existiram também aqueles que reproduziram a condição camponesa graças à passagem temporária ao mercado de trabalho industrial. Ainda segundo Garcia Jr., a relação que foi estabelecida entre as migrações e o desenvolvimento industrial não é falsa; porém, é insuficiente para explicar tais fluxos migratórios. Isso implica dizer que é necessário pensar as migrações como estratégias de reprodução social. Também permite considerar que esses processos não devem ser tomados como uma relação de causa e efeito pela

ótica da escassez e oferta de trabalho entre as regiões. Unidades familiares tecem redes que possibilitam circular em pessoas entre esses territórios distantes, permitindo o retorno de alguns de seus membros. Nas palavras de Parry Scott (1986, p. 81), em “[...] curto e médio prazo, os camponeses utilizam as estratégias migratórias para se armarem contra a exploração e expropriação crescentes no seu local de origem”. Como Paulo Fontes (2002) revela, as taxas de retorno para o Nordeste foram sempre altas ao longo da década de 1950. No final da década, segundo dados que eram considerados bastante modestos, cogitava-se que cerca da metade dos migrantes nordestinos voltava para suas regiões de origem. Dessa forma, compreende-se que se trata de um processo ativo por meio do qual são tecidos esses grandes deslocamentos.

Na década de 1990, observa-se uma tendência a uma profunda mudança nas estruturas migratórias na região. Até então, as migrações se caracterizavam por serem mais longas, durando meses e até anos; tinham áreas de origem e destino mais definidas e havia uma cadência entre mobilidades espacial e social. Desse momento em diante, elas passam a ser mais curtas, pendulares e múltiplas nos seus locais de destino e se reforça o descompasso entre mobilidades social e espacial, percebidas desde os anos de 1980. De acordo com Marilda Aparecida de Menezes (2009), ao tratar das migrações no Agreste paraibano, a deterioração das condições de trabalho e moradia no Sudeste, a partir dos anos de 1970, acarretou as “migrações de retorno” e a intensificação nas migrações temporárias, estas relacionadas à demanda no trabalho sazonal na região canavieira. Já Wilson Fusco e Valtemira Vasconcelos (2010) apontam que, entre os anos de 1970 e 2000, o Agreste pernambucano destacou-se não só como área de evasão da população como também de atração de emigrantes em termos proporcionais.

No que se refere ao rápido crescimento demográfico, é importante apontar como um dos fatores os impactos da emergência e expansão do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. A seu respeito, compreende um aglomerado de micro e pequenas unidades produtivas – embora hoje já existam fábricas de grande porte – voltadas para a produção e comerciali-

zação de vestuários. Caracteriza-se pelo seu perfil majoritariamente informal, em que a produção é realizada sob regime de subcontratação, onde diferentes etapas na produção das peças de roupas são realizadas em diversas oficinas, muitas vezes no interior das residências. Esse perfil descentralizado tem levado a uma rápida expansão dessa atividade, em que os espaços urbanos e rurais são incorporados, produzindo uma nova territorialidade entre os municípios envolvidos. O eixo onde se concentra a comercialização desses produtos se localiza nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, visto que a produção ocorre tanto nessas três localidades como nas cidades do seu entorno, compreendendo áreas tanto de Pernambuco como da Paraíba. Tal característica, em que alguns municípios se dedicam à produção e outros concentram a comercialização, expressa uma divisão regional do trabalho (LIRA, 2011) nesse território, a qual implica a configuração de novas rotas de migração, com destaque para as pendulares entre os municípios no interior do Agreste.

Como venho argumentando (ANDRADE, 2020), a história do Polo é uma história das mobilidades na região. Com isso, quero dizer que sua existência se dá em função dos fluxos de pessoas e mercadorias. É interessante observar, como destacam Annahid Burnett (2014) e Fernando Rabossi (2008), que sua origem, entre as décadas de 1950 e 1960, começa com o aproveitamento dos retalhos de roupas oriundos de Recife e, num segundo momento, dos rejeitos da indústria têxtil vindos de São Paulo. Isso contribuiu para o estabelecimento de uma extensa rede de circulação de pessoas e retalhos (e depois roupas). Sonia Maria Lyra (2005), por exemplo, atenta para o processo de retorno de migrantes ao município de Caruaru, entre as décadas de 1970 e 2000, no contexto da produção e comercialização de vestuários. Aqui, observa-se uma rede de comércio, tanto formal como informal, estabelecida entre o Centro-Sul do país e o Agreste pernambucano que reforça a relação com a família e a própria economia familiar. O Polo exemplifica aquilo que Gustavo Lins Ribeiro (2009, 2010) chama de “globalização popular”, com sua estrutura informal de produção, comercialização e consumo entre as camadas mais baixas.

Nesse sentido, o Polo propicia transformações no território que impactam as unidades familiares e mobilidades. Com um movimento interno à própria região, de forma múltipla e sob diversas durações, os deslocamentos de trabalhadores surgem como um conjunto de possibilidades que podem ser acionados na construção de estratégias desses sujeitos. Assim, podem se apresentar “trânsitos pendulares”, sejam intermunicipais como rural/urbana, que representam a possibilidade de se manter vinculado ao local de origem; como “trânsitos de longa duração” que trata das migrações em que pessoas se estabelecem em outras moradias, mas mantendo a perspectiva de retorno; além do “trânsito não planejado” quando uma perspectiva inicial de migração sem retorno se converte em retorno. Esta última se apoia na disposição dos atores sociais de se encontrarem em movimento na busca por trabalho, de forma que a oferta de atividades relacionadas à confecção em suas comunidades de origem tem os estimulados a voltar. Assim, pode-se melhor entender a incorporação dessas atividades nas práticas de mobilidade, como será visto a seguir.

O trabalho nas confecções e as mobilidades nos espaços rurais: as estratégias que são costuradas

O encontro que tive com os meus interlocutores da Barra da Onça foi durante a reunião da associação de moradores daquela localidade. Reuniões regulares nessa e em outras *comunidades* têm sido animadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que assume o papel de ponte com o Estado e as entidades da sociedade civil na busca de meios de melhoria das condições de vida dos associados. Tais espaços de ação coletiva (e aqui incluo também o Sindicato de Trabalhadores Rurais e as assembleias do CMDRS) são um ambiente privilegiado para compreender as diferentes formas de trabalho que perpassam os territórios rurais. Isso fica evidente quando se observam nas reuniões e assembleias as pautas, os planejamentos e as estratégias coletivas. Na referida reunião, dois pontos de discussão se destacam. No primeiro, trata do Garantia-Safra. Todos os

anos pequenos agricultores têm prejuízo na produção, requerendo, com isso, o benefício. O CMDRS de Surubim investe na articulação das associações locais com a administração municipal, mapeando os aptos a receberem o auxílio. No segundo, a direção da associação retornou aos presentes a informação de que tinha encaminhado o ofício para a prefeitura com os nomes dos interessados em realizar o curso de corte e costura industrial. Tem sido recorrentemente pautado pelos membros das diversas associações e CMDRS meios que os permitam trabalhar nas confecções. Isso tem acarretado que atividades agrícolas e não-agrícolas coexistam nos debates sobre as *alternativas*, um termo que sempre é acionado no discurso em oposição às dificuldades sobre a manutenção das formas de vida e trabalho nas áreas rurais.

Numa escola rural na *comunidade* do Mocotó, conheço Maria (44 anos). Ela é aluna do curso de corte e costura que a administração municipal oferece graças à iniciativa da associação local que também usa esse espaço para se reunir. Há 30 anos, ela e o marido iniciaram uma rotina de ir para o *sul* em determinadas épocas do ano para trabalhar em uma usina de cana-de-açúcar, retornando no inverno; logo depois, migraram para São Paulo.

- Por quanto tempo vocês ficaram nessa rotina indo para o *sul* e voltando?
- *Eu passei dois anos. Aí eu parei porque tive filhos. E ele ainda foi para o sul; e aí, depois, foi para São Paulo e trabalhou em uma usina, de pintor [...]*
- Você passou quantos meses lá?
- *Dois meses.*
- E ele?
- *Dois meses também. E aí, no Rio, passamos mais de ano.*
- E ele trabalhou em que lá?
- *Zelador. A profissão dele é isso.*
- E quando você voltou para cá?
- *Com dois anos. Aí eu vim, e ele ficou. Aí tem 19 anos de vez que a gente, que estamos aqui de vez.*

No total, o esposo migrou três vezes para o Rio de Janeiro e uma vez para São Paulo. Como Maria destaca, “*quando as coisas apertava, tinha que procurar emprego*”. Atualmente, sua família é composta por quatro pessoas. Trabalhando como vigia no Moda Center Santa Cruz, um centro atacadista na vizinha Santa Cruz do Capibaribe que reúne mais de 10 mil pontos comerciais voltados para o vestuário, o esposo mantém atividades na agricultura, numa propriedade que herdou do pai, em seu tempo livre. A esposa tem mais tempo para o trabalho agrícola, dedicando, por sua vez, o tempo livre para atividades mais pontuais na cadeia de produção de vestuários: o bordado. Junto ao filho mais novo, ela faz curso de costura industrial, de forma a proporcionar condições de se inserirem em atividades no ramo que requerem maior qualificação. Por fim, a filha mais velha dedica-se exclusivamente ao trabalho nas confecções enquanto subcontratada de uma unidade produtiva de jeans numa cidade vizinha. Recebe em casa as peças cortadas, cabendo montá-las por meio das três máquinas industriais de sua propriedade que foram adquiridas com economias feitas inicialmente com um antigo trabalho em uma loja de bonés em Santa Cruz do Capibaribe.

Para muitas pessoas com idade em torno dos 50 anos e que hoje, nas áreas rurais, trabalham nas confecções, as migrações sazonais para a Zona da Mata como também os deslocamentos para cidades, seja no Centro-Sul do país como nas grandes cidades nordestinas, constituíram uma experiência por eles compartilhada. Isso faz com que a atual condição de trabalho seja mais um momento de uma história de mobilidades desses atores. Morador da *comunidade* do Jucá Ferrado, Felipe (50 anos) me informa que, ainda muito jovem, migrou para a Zona da Mata com o objetivo de trabalhar na Usina Trapiche, em Sirinhaém, litoral sul de Pernambuco. Essa migração era facilitada pelos transportes da empresa que arregimentavam os trabalhadores da localidade. Segundo ele, essa foi sua rotina por 10 anos. Também por esse mesmo período viveu em São Paulo, antes de voltar e se envolver na atividade das confecções, tendo aprendido a costurar com sua esposa. Hoje, em um salão construído ao lado de sua casa, trabalha na produção de calças tactel (tecido feito de fibras sintéticas). Todas as etapas de produção são

realizadas no local: do corte de tecidos ao acabamento. Destaca-se também que, além de produzir, sua esposa e ele vendem o produto diretamente em Santa Cruz do Capibaribe e em Caruaru, o que os coloca num amplo fluxo de pessoas e mercadorias no interior do Agreste. Apesar disso, a unidade familiar ainda mantém atividades na agricultura e na criação de animais de pequeno porte.

O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco tem impactado, de diversas formas, as famílias rurais em Surubim. Seria equivocado dizer que ele tem implicado uma tendência gradual de “descampenização” e de esgotamento das atividades agrícolas. De fato, essas tendências existem. Das famílias com quem dialoguei, a maioria produz para o autoconsumo. Mas tais processos ocorrem por um conjunto de fatores. E é correto atentar que a expansão das atividades de confecção e comercialização de vestuários tem avançado nas *comunidades* dessa cidade. Muito graças à sua estrutura flexível e descentralizada, caracterizada pelo trabalho precário e familiar, que permite uma rápida expansão. Mas o que tem se observado é – e com o papel decisivo dos atores envolvidos – um processo ambíguo em que tanto a atividade na confecção se apoia em vários aspectos de uma ordem moral camponesa para se reproduzir como muitas vezes dinâmicas relacionadas ao Polo podem ajudar na reprodução de atividades agrícolas¹². Obviamente, não se trata de uma relação simétrica, mas são as contradições que caracterizam esse processo que devem ser apreendidas para compreender as estratégias familiares.

Diante dos meios que são recorridos para garantir a reprodução das famílias rurais, um que se destaca é o microcrédito. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um mecanismo de financiamento e custeio de projetos individuais e coletivos que gera renda tanto aos agricultores familiares como aos assentados da reforma agrária.

12 Para esta discussão, darei atenção apenas ao segundo aspecto. Sobre a ideia de uma “economia moral da produção flexível” nas áreas rurais onde se realizam atividades nas confecções, procuro debatê-la com mais atenção em Andrade (2020).

Através dele, pode-se investir em atividades tanto agrícolas como não-agrícolas, o que possibilita solicitar recursos para atividades vinculadas às confecções; mas, para ter acesso ao benefício, o critério exigido é que as atividades agrícolas correspondam a 30% do total realizado pela unidade familiar. O surgimento do que tenho chamado de “confeccionistas-pro-nafianos” é elucidativo da complexidade de relações que os trabalhadores e suas famílias estabelecem com os territórios rurais e as mobilidades, uma vez que a manutenção, e em alguns casos a ampliação, de atividades agrícolas é tida como um meio que permite a reprodução da atividade nas confecções. Claro que não se trata de ser a única vantagem. Manter alguma produção que garanta ao menos complementar o consumo familiar tende a garantir o barateamento da força de trabalho imersa em uma atividade precária. Entretanto, para esta discussão, esse caso tem que ser compreendido dentro de um conjunto de estratégias que os sujeitos lançam mão e que se articulam com as práticas de mobilidade executadas enquanto estratégias familiares.

A indissociabilidade entre o local de trabalho e o local de moradia, que caracteriza as pequenas unidades produtivas das confecções, impõe a questão de como o espaço onde as atividades são realizadas deve ser organizado. A expressividade do trabalho feminino na confecção tem feito com que as mulheres assumam um maior destaque na reordenação do espaço doméstico. Ao trazer as máquinas de costura para a sala, onde antes era marcado como sendo o espaço do masculino (HEREDIA, 1979), torna-se agora misto, refletindo um maior protagonismo feminino nas estratégias domésticas. Aqui, as transformações nesses espaços expressam as repadronizações e reajustamentos decorrentes da ampliação do trabalho na confecção para as áreas rurais. Em muitos casos quando, nas unidades familiares, coexistem o trabalho agrícola e da confecção, a divisão entre essas atividades pode ocorrer por gênero, mas em nenhum dos casos reflete uma oposição. Vários homens ajudam as mulheres na costura da mesma forma que elas colaboram nas atividades agrícolas. Em casos em que o trabalho agrícola tem pouco peso no orçamento familiar, essa divisão é menor ain-

da: homens e mulheres tendem a trabalhar na mesma intensidade nas duas atividades.

O protagonismo feminino nas confecções revela como as mulheres têm operado o uso dessas atividades no contexto dos vários papéis que lhe são atribuídos. Uma costureira não é apenas costureira. Ela é mãe, colega de trabalho na confecção, agricultora, delegada sindical, dirigente da associação local e membro de uma comunidade religiosa. Quando a questão central é o meio por onde se pode garantir a sobrevivência, vão sendo acionados cada um desses papéis: nos espaços de sociabilidade, procura-se mobilizar as redes; frente às entidades que garantem direitos aos trabalhadores rurais, deve se engajar na construção de uma identidade coletiva enquanto agricultora familiar. Assim, o trabalho na confecção encontra uma forma de penetração e reprodução no espaço rural quando é “manipulado” estrategicamente junto a outras situações.

Assim, o trabalho nas confecções nesses espaços ocorre se apoiando em vários mecanismos. Um deles é o aproveitamento da organização social do trabalho que reproduz uma estrutura comum, a “forma sitiante”. O trabalho entre parentes e vizinhos e uma possível reserva de alimentos vinda da pequena produção permitem baratear o custo da força de trabalho. Outro mecanismo é o aproveitamento do microcrédito rural para financiar a atividade na confecção. Por fim, os espaços de sociabilidade atuam como pontos onde são construídas parcerias e redes para o trabalho na confecção. Quanto mais há o esforço para estimular a organização dos agricultores familiares, mais propícia fica a construção de eixos por onde circularão informações que permitirão às pessoas melhor atuarem diante das situações encontradas.

Mobilidades e projetos de vida

Pode-se observar aqui que o trabalho, as mobilidades e a família produzem-se uns aos outros. Embora seja o indivíduo que migre, a migração é uma estratégia familiar que se fundamenta no ciclo de vida, idade e

sexo (MENEZES, 2009). E o que tem movido pessoas a se deslocarem no território é a busca de meios que permitam a reprodução social da sua família. O atual momento pelo qual passa a região do Agreste de Pernambuco coloca, para esses atores, a possibilidade de se posicionarem ante as dificuldades encontradas, mobilizando simultaneamente diferentes estratégias de mobilidade. Em outras palavras, a unidade familiar passa por constantes rearranjos no seu interior ao articular trabalho e mobilidades em processos de transformação social.

Um exemplo do que é dito acima é expresso na trajetória de Roberta (39 anos), da *comunidade* do Mimoso. Durante dez anos trabalhou numa confecção em Toritama, graças à rede de contatos que lhe permitiu chegar a essa cidade.

– Você aprendeu a costurar com quem?

– *Eu tinha uma máquina velha em casa e sempre mandava um pessoal aqui do corte e costura. Aí aprendi a fazer umas pechinhas, uns shortinhos; aprendi a costurar em casa e, depois, uma menina me levou pra Toritama, e eu gostei e fiquei lá.*

– Essa menina era conhecida sua?

– *Conhecida. Ela já trabalhava lá.*

– Era daqui?

Era. Eu nem conhecia Toritama. Aí gostei, comecei a ganhar um trocadinho. E foi bom, né?

– E seu marido aprendeu a costurar com quem?

– *Ele foi pra lá trabalhar como ajudante, cortar as linhas. Aí, de repente, apareceu uma vaga, e o patrão dele ensinou ele a fechar peça. Agora trabalha com a [nossa] família.*

A inserção, sua e de seu esposo, nessas atividades se deu graças às pessoas que, na expressão de muitos interlocutores, eles tinham *conhecimento*. Esse termo expressa um elemento de identificação e reconhecimento entre as partes. As redes de parentesco, vizinhança e *conhecimento* explicam a capacidade de tanto fazer circular pessoas do campo para a cidade como de integrar áreas rurais ao trabalho das confecções. Numa con-

figuração em que as migrações ocorrem em cidades próximas, esse tipo de atividade permite que ocorra o retorno desses atores, agora com a possibilidade de dar prosseguimento a esse tipo de trabalho nas comunidades de origem.

Como ainda me explica Roberta, ao questioná-la por que resolveu voltar: *“Porque melhorou, né. Eu trabalhei dez anos, juntei um dinheirinho e comprei uma máquina, e comecei a trabalhar em casa, que era melhor. Minha mãe já tá de idade. Ficava melhor para ela e pra mim. É outra coisa em casa”*.

Sua fala revela que, apesar de uma longa temporada em outra cidade¹³, há um conjunto de valores que qualificam sua relação com a comunidade. Um deles é a dimensão do cuidado com o ente mais velho, que tem que ser entendido dentro do conjunto de obrigações familiares. Outro, é a percepção de que naquele local, “em casa”, é sempre melhor. Além dela, muitas pessoas têm vislumbrado a possibilidade de tomar a passagem no trabalho nas confecções em outras cidades como um meio na qual se possa fazer alguma economia e, com isso, retornar, dando continuidade a essas atividades. Como visto anteriormente, um tópico debatido na literatura sobre o tema na região é o que trata, no processo migratório, da passagem por outras atividades como meio de adquirir recursos para a reprodução familiar no local de origem (GARCIA JR., 1990). O que se percebe é que, nessa nova circulação, não há apenas as pessoas, mas também as máquinas, os instrumentos desse novo trabalho, que são inseridas nos espaços rurais. Trata-se de outro tipo de retorno, que produz uma nova relação com o espaço.

Dessa forma, ao produzir-se uns aos outros, família, trabalho e mobilidades têm que transformar os territórios. Assim, compõem-se um processo em que atividades agrícolas e não-agrícolas passam por diferentes níveis de articulação na reprodução das famílias rurais. E a circulação passa a

13 É importante registrar que a distância que separa as duas cidades é de 41 km, o que permite que o vínculo com a comunidade seja regularmente alimentado.

ser um processo mais intenso que aproxima socialmente as comunidades e os municípios da região, e que faz circular tanto pessoas como objetos.

No Jucá Ferrado, a família de Helena oferece uma visão de como isso pode se dar. Em sua residência, há uma pequena oficina onde recorta e costura calças para serem comercializadas. Trabalham com ela o marido e um filho; além disso, ela terceiriza etapas da produção com parentes e vizinhos. A sua produção é comercializada em Caruaru, onde o acesso a compradores lhe permitiu ter um cliente fixo de Minas Gerais. Além dessa atividade, sua família se dedica à criação e ao plantio, que exercem significativo ganho na renda familiar. Além da plantação, que mobiliza mão de obra apenas em uma época do ano, há criações de bovinos, suínos e caprinos, ou seja, atividades mais constantes ao longo do ano. Há também a produção de palma para a alimentação dos animais. Se o plantio é voltado para o consumo interno, a criação constitui uma fonte de renda monetária que é adquirida com a venda dos animais.

Nas diversas comunidades de Surubim, a criação, o comércio e a produção de gêneros alimentícios, como milho e feijão, para a venda estabelecem um circuito comercial que passa a coexistir com o da produção de vestuários para as confecções no interior do espaço doméstico. Contudo, o que se observa é que esses circuitos se diferenciam, a começar pela sua extensão. Se, por um lado, a produção de peças de roupas da família de Helena estabeleceu contatos até no Sudeste do país, a venda de gado ou de caprinos, no máximo, se estenderá ao Sertão, conforme me relatou outro pequeno criador que estava iniciando uma pequena unidade de produção de peças de roupas na *comunidade* dos Tatus. A circulação do produto da confecção tende a ocorrer de forma mais rápida e numa extensão maior em comparação àquela dos animais criados nas pequenas propriedades da região. O caso desta família coloca sob outro ângulo a relação com as mobilidades. Aqui a permanência na pequena propriedade se baseia não na saída de um dos membros – como muitos fizeram e fazem, migrando para outras áreas –, mas, sim, criando circuitos que permitem escoar a sua produção, ou seja, fazer circular as mercadorias. Como uma renda exclusiva vinda da

produção agrícola é insuficiente para a unidade doméstica, o que Helena e seus familiares fazem é buscar mediações que criam diferentes equilíbrios no interior da unidade camponesa (VAN DER PLOEG, 2016). Os circuitos da produção agrícola e das confecções, nesse sentido, complementam-se na construção da estabilidade dessas pessoas no local.

A nova relação que o Polo tem configurado no território do Agreste também tem acarretado que a permanência no lugar se torne um horizonte para alguns jovens. Isso em função das transformações na relação morar/trabalhar no campo que vem ocorrendo na região. Como se sabe, as formas de trabalho no meio rural nunca foram exclusivamente as agrícolas. Junto a isso, a maior facilidade de deslocamento, com os meios de transporte e infraestrutura que ampliaram a interligação entre as áreas, tem possibilitado um maior acesso a bens e serviços. Mas com a possibilidade de realizar o trabalho nas confecções – uma via mais acessível de obtenção de renda – nas comunidades rurais ou mesmo realizando deslocamentos diários, seja em comunidades vizinhas, seja na área urbana da cidade, a pressão para uma saída definitiva diminui.

Tanto Fabiano quanto Débora me externam o desejo de permanecer na *comunidade*. O primeiro, quando questiono se tem interesse de ficar ou ir para outro lugar, diz: “*Aqui mesmo, porque tou construindo a minha casa também. Aqui no terreno, que é um terreno até grandinho, sabe?*” Diferente de outras situações em que, para evitar o fracionamento da propriedade, no contexto de maior centralidade das atividades agrícolas para a reprodução social, as migrações se tornavam uma opção (WOORTMANN, 1995; SCOTT, 1986), aqui as já pequenas posses de terra permitem outros usos em função das novas formas de trabalho empregadas na localidade. Débora me responde a mesma questão da seguinte forma: “*Aqui é bom. Nasci, me criei aqui, eu gosto. Aqui você tem facilidade para as coisas, não como na rua, mas tem. Melhor que em certos lugares. Eu gosto daqui, é calmo.*”

Isabela (18 anos), que conheci durante as aulas de costura industrial na *comunidade* do Mocotó, onde também reside, afirma: “*Pretendo*

continuar morando aqui, só que trabalhando fora e não mexendo na agricultura". Neste caso, sua fala compreende o trabalho nas confecções como um "para fora", diferente da produção agrícola realizada no interior do grupo doméstico, voltado mais para o autoconsumo. O "fora" indica um movimento para a parte exterior, o que acaba expressando uma percepção de que alguma mobilidade tem que ser exercida para que possa permanecer na comunidade. Isso também aparece no próprio ato de trabalhar em um lugar distinto onde mora. Nesse sentido, não se trata de migrar, mas buscar uma mobilidade mudando de atividade produtiva.

Pedro (17 anos), outro aluno do curso de corte e costura no Mocotó, igualmente expressa uma visão mais abrangente de mobilidade. Conhece a rotina da atividade nas confecções via os irmãos que já estão integrados a esse trabalho em Surubim e em Santa Cruz do Capibaribe. Sobre os motivos de estar fazendo esse curso, justifica: "[...] porque, assim, eu pretendo terminar [o curso], arrumar um serviço de costura. Por isso, eu vim aqui. Aí, por isso, eu vim fazer o curso". Ao mesmo tempo, é estudante de uma Escola de Referência de Ensino Médio (EREM), e o investimento na sua formação faz Pedro considerar fazer um curso superior. As redes abertas pelos irmãos, além da presença desse tipo de atividade na localidade onde reside, proporcionam um horizonte que ele pode considerar. A sua situação enquanto estudante secundarista – e deve-se destacar que o EREM é um modelo escolar que almeja um maior investimento na formação de seus discentes – também vem a influir na construção de seus projetos. Assim, quando questiono quais são suas perspectivas para o futuro, ele me diz: "é fazer faculdade e trabalhar. Se não conseguir isso, trabalho na costura". No seu caso, a distinção entre mobilidades social e espacial é mais explícita. Há tanto a possibilidade de ficar na comunidade, mas exercendo outra atividade que não seja a agricultura como fazem os seus pais, como poder deslocar-se seja em função da continuidade dos estudos, seja seguindo as rotas abertas pelos irmãos.

Para entender as motivações que levam muitos a preferirem ficar, ou mesmo mobilizar meios para esse fim, é preciso compreender as especifi-

idades desses espaços. Como visto aqui, o meio rural não é algo isolado, ele se estabelece em relação ao meio urbano. Longe de ser uma relação de isolamento e antagonismo, é um processo de interação que é vivenciado pela experiência concreta de homens e mulheres que circulam. É um lugar de vida definido como o espaço singular do ator coletivo, como diz Maria de Nazareth Wanderley (2009). É nesses termos que devem ser compreendidos esses processos.

Considerações finais

Os casos relatados colocam sob outra perspectiva o uso das mobilidades como estratégias de reprodução social. O caráter múltiplo das migrações reflete não só mudanças socioeconômicas que diversificaram as possibilidades de deslocamento como apontam os variados agenciamentos no interior da unidade familiar. As trajetórias de alguns dos meus interlocutores revelam que o ato de estar sempre em movimento é algo característico dos agricultores de base familiar no Agreste. Nesse sentido, as mobilidades proporcionadas pela emergência do Polo devem ser compreendidas como mais um momento de práticas exercidas por esses atores, em que suas experiências e projetos de vida são essenciais na orientação de suas estratégias.

Com o surgimento de circuitos mais curtos de circulação de pessoas, abre-se a possibilidade de mais trabalhadores se deslocarem, muitas vezes sem precisar sair definitivamente das suas localidades. Nesse sentido, as mulheres assumem um papel relevante, abrindo e mobilizando redes para o trabalho nas confecções. Frequentemente, são elas que inserem os homens, ensinando-os a costurar. Isso revela mudanças nos papéis de gênero na construção das práticas de mobilidade.

O papel das atividades agrícolas ganha outro sentido. Se para muitas famílias ela se reduziu a um complemento do consumo familiar, a sua manutenção passa a ser valorizada, visto que, em conjunto com outras atividades, contribui para a reprodução social desses atores. O trabalho nas confecções se caracteriza pelas longas jornadas, o que subtrai o tempo ne-

cessário ao trabalho agrícola. Em muitas famílias, ocorre uma divisão do trabalho onde cada membro dá mais atenção a uma das atividades, podendo ajudar, em seu tempo livre, em outra. Isso mostra a relação contraditória onde, hoje, a atividade agrícola tem se reproduzido.

Trata-se, também, de compreender que os movimentos ocorrem em diversas escalas: seja do ponto de vista de uma migração regional, seja no interior da própria comunidade, quando se desloca de uma atividade produtiva para outra. E, ainda, de forma simultânea com cada membro da família executando um deslocamento específico. Opera-se, também, não só o ato de circular, mas de fazer circular como meio de produzir estabilidades. As mobilidades se compreendem tanto pela fixação quanto pela circulação. Nesse caso, os objetos que se movem com as pessoas são igualmente importantes para compreender esse fenômeno. Acima de tudo, o que se observa são saberes e fazeres que refletem experiências, caminhos que foram anteriormente trilhados e que se cruzam no interior da unidade familiar, influenciando nas opções tanto do conjunto como de seus membros individualmente.

Referências bibliográficas

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. *A Sedução da Cidade*. Os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

ANDRADE, Berlano Bênis França de. *Tecendo memórias, carregando lugares: trabalho familiar e migrações como estratégia de reprodução social no Agreste pernambucano*. 2013. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

ANDRADE, Berlano Bênis França de. *Tem que saber se movimentar: trabalho, mobilidades e estratégias de famílias rurais no território das confecções no Agreste Pernambucano*. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ANDRADE, Berlano Bênis França de. A Máquina e a Enxada: Economia moral e acumulação flexível no território das confecções em Pernambuco, Brasil. *Revista Iuminuras*, v. 21, p. 50-75, 2020.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BURNETT, Annahid. As raízes rurais da Feira da Sulanca no Agreste pernambucano. *Revista Extensão Rural*, v. 21, n. 4, p. 9-31, 201.

CLEMENTINO, Jurani Oliveira. *Fazendo a festa*: as sociabilidades dos migrantes varzealegrenses em São Paulo e no Ceará. 2016. 303 f. Tese (Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais São Miguel Paulista (1945-1966)*. 2002. 412 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FUSCO, Wilson; VASCONCELOS, Valtemira Mendes. Migrantes e costureiros: trabalhadores do setor de confecções em Toritama-PE. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 25, n. 1, p. 43-60, 2010.

GARCIA JR, Afrânio Raul. *O Sul*: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Editora Marco Zero; Brasília: Editora UNB, 1990.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. *A morada da vida*: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Greilson José de. *Quando o Rio é a Esperança*: performance, invisibilidade e magnitude na experiência do emigrante nordestino. 2012. 209 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

LIRA, Sonia Maria. *Muito Além das Feiras da Sulanca*: a produção de confecção no Agreste/PE. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

LYRA, Maria. Sulanca X muamba: rede social que alimenta a migração de retorno. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, p. 144-154, 2005.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.

MELO, Mario Lacerda de. *Os Agrestes: estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos*. Recife: SUDENE, 1980.

MELO, Mario Lacerda de. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Recife: CEPE Editora, 2012.

MENEZES, Marilda A. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda A; MARIN, Rosa Acevedo (org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categoria*, v. 2. Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 269-287.

OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da revolução/Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PALMEIRA, Moacir *et al.* Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. *Anuário antropológico/76*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

RABOSSI, Fernando. Em la ruta de las confecciones. *Revista Crítica en Desarrollo*. v. 2, p. 151-171, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora UNB, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. De Guangdong a Caruaru. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 5 mar. 2009, p. 8-9.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não Hegemônico*. Série Antropologia, vol. 432. Brasília: DAN/UnB, 2010.

SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1982.

SCOTT, Russell Parry. A lógica migratória camponesa sob o capital. In: DUARTE, Renato (org.). *Emprego rural e migração na América Latina*. Recife: MASSANGANA, 1986. p. 81-100.

SCOTT, Russell Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa Acevedo (org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v. 2. Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 245-267.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano*. São Paulo: UNESP; Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. *O Mundo Rural como um Espaço de Vida*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WOORTMAN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e compadres – Colonato do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EdUnb, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Neguceia”. O Campesinato Como Ordem Moral. *Anuário Antropológico/87*, Editora Universidade de Brasileira, 1990.

WOORTMANN, Klaas. Migração Família e Campesinato. In: WELCH, Clifford A. *et al. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, vol. I. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 217-238.